



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2015

Com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentamos Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para que seja investigado o projeto da Refinaria Premium II, que deveria ser instalada pela PETROBRAS no Estado do Ceará e as razões para a desistência do projeto por aquela estatal.

JUSTIFICAÇÃO

A construção da Refinaria Premium II no Ceará era a concretização de um sonho há décadas acalentado por cearenses, como um instrumento definitivo para a industrialização e desenvolvimento do Estado.

Em várias ocasiões, inclusive em cerimônias públicas, não apenas o Presidente Lula, mas como a sua então Ministra de Minas e Energia, e depois Presidente da República, Dilma Rousseff, foram ao Ceará, para a assinatura de protocolos de intenção, chegando inclusive a celebrar o assentamento da “pedra fundamental” daquela planta, o que fez o povo cearense crer que, finalmente, a tão desejada refinaria estava a caminho.

O investimento seria da monta de US\$ 11 bilhões, gerando cerca de 90 mil novos postos de trabalho, direta e indiretamente, com capacidade de processamento de 300 mil barris de petróleo/dia, produzindo óleo diesel, querosene de aviação, nafta petroquímica e coque.

O governo do Ceará também se fiou nas palavras dos dois presidentes da república e dos presidentes da Estatal, realizando investimentos que, apenas com a ampliação do porto do Pecém e outras obras de infraestrutura como a construção de 12,5 km de rodovias para atender à refinaria, incentivos fiscais, a desapropriação do terreno e a remoção de dezenas de famílias. Incalculável ainda o prejuízo causado à economia do Estado como um todo, não apenas dos setores empresariais que começaram a investir em projetos paralelos e negócios complementares à refinaria.

Apesar de tudo isso, da palavra firmada por dois Presidentes da República, a PETROBRAS decide simplesmente abandonar o projeto, noticiando a desistência do



SF/15147.41283-95



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

empreendimento, por meio de curto comunicado, lavrado nos seguintes termos, em seu sítio eletrônico no último dia 29 de janeiro:

“Em 22 de janeiro de 2015, a Companhia decidiu encerrar os projetos de investimento para a implantação das refinarias Premium I e Premium II. Segue inteiro teor da nota. Tal decisão teve por fundamento: (i) os resultados econômicos para ambos empreendimentos não demonstraram atratividade até o momento, mesmo após incorporadas as otimizações de redução de custo de investimento; (ii) o crescimento dos mercados interno e externo de derivados pode ser atendido pelo aumento de capacidade que o PROMEGA (Programa de Maximização de Médios e Gasolina) vem promovendo nas doze refinarias em operação, adicionado da RNEST e COMPERJ em construção; e (iii) ausência de parceiro econômico para a implantação, condição mandatória no Plano de Negócios e Gestão da Companhia (PNG 2014-2018). Entretanto, há indícios que nova adição de refino possa se dar a partir de 2025. Caso nova demanda se confirme para este horizonte, projetos de adição de capacidade de refino poderão voltar a fazer parte dos próximos Plano de Negócios e Gestão da Companhia.

O encerramento destes dois projetos gerou uma perda de R\$ 2,707 bilhões, reconhecida em outras despesas líquidas no balanço do 3º trimestre de 2014.

A Companhia adotará todas as providências necessárias para reavaliar os compromissos assumidos nos projetos das Refinarias Premium I e II junto aos Governos Estaduais e Municipais, mitigando o impacto do encerramento dos projetos.”

É absolutamente inconcebível que após todos esses anos, depois de tantas promessas e investimentos, em finanças e em sonhos, a PETROBRAS lance por terra um projeto de tal envergadura sem se dignar a explicitar pormenorizadamente as razões e justificativas de sua decisão. Além de revelar uma irresponsabilidade sem limites, a atitude da empresa, assim como dos senhores presidentes da república e os dirigentes da estatal demonstram completo desrespeito à população do Ceará. Não seria descabido duvidar de que, ao longo de todos esses anos, fomos todos vítimas de uma ardilosa mentira e que na realidade a PETROBRAS nunca esteve realmente comprometida com aquele projeto.





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Tasso Jereissati

É necessário, portanto, que se apurem as verdadeiras razões deste engodo, levantando as reais condições para a realização daquele investimento, desde os primórdios de seu planejamento, de sorte que venham à luz as reais intenções do governo federal, dos executivos e técnicos da companhia que fizeram tantos crerem em suas promessas e compromissos, tão repentinamente frustrados. Não se admite que as circunstâncias que agora justificam esta tomada de decisão não estivessem presentes, por exemplo, ao longo dos últimos dois anos. As condições objetivas para a realização daquele investimento decerto não se deterioraram em tão poucos meses.

Afinal, estamos tratando de recursos públicos de elevada monta. É a própria PETROBRAS que afirma que a desistência dos projetos levou a um prejuízo em torno de R\$ 2,7 bilhões à empresa. O governo do Ceará estima o investimento, sem calcular os incentivos fiscais, em torno de R\$ R\$ 675 milhões. Ora, um empreendimento tão gigantesco exigiria um mínimo de cuidados do ponto de vista contratual, visando garantir a correta aplicação dos recursos, as precauções com o descumprimento de obrigações e compromissos, as formas de ressarcimento por perdas e danos, prejuízos ao erário etc. Do ponto de vista técnico, por óbvio o empreendimento deveria estar ancorado em relatórios de viabilidade econômica, análise de conjuntura e mercado, enfim, instrumentos que compõem qualquer projeto com o mínimo de atendimento às normas e precauções administrativas para esta espécie de contratação.

Assim, é preciso que a população tome conhecimento de dados como: a) histórico do projeto; b) instrumentalidade contratual (contratos, termos de compromisso, licenciamento ambiental etc.); c) estudos de viabilidade (projeções de mercado, financiamento, planos de negócio, etc.) e quaisquer outras informações que possam ajudar a entender o processo decisório das autoridades envolvidas que transformam um projeto cantado e decantado como inexorável e fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, num retumbante e ainda mal explicado fiasco.

Destarte, a intenção da presente Proposta de Fiscalização e Controle, que é o instrumento regimental mais adequado, é apurar as circunstâncias que envolveram este malfadado episódio, inclusive a responsabilidade daqueles que, mais uma vez, traíram a confiança e soterraram a esperança de milhões de brasileiros, especialmente os cearenses que tinham na refinaria, a expectativa de um salto definitivo para uma nova era de desenvolvimento e oportunidades.

Sala da comissão,

Senador TASSO JEREISSATI

